

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante DEZEMBRO(31/12/2024)



ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	9.871,00	0,00	0,00	9.871,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	32.870,43	0,00	0,00	32.870,43	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	21.772,95	0,00	0,00	21.772,95	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	2.499,85	0,00	0,00	2.499,85	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	845,75	0,00	0,00	845,75	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	1.461,53	0,00	0,00	1.461,53	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2021	2.219,70	0,00	0,00	2.219,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2023	46.436,00	0,00	46.186,00	250,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2024	0,00	2.299,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.299,80
Sub-total 1 e 2	124.977,21	2.299,80	46.186,00	78.791,21	0,00	0,00	2.299,80
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2018	891,14	0,00	0,00	891,14	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	254,80	0,00	124,08	130,72	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	32.923,11	0,00	0,00	32.923,11	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2023	18.686,88	0,00	18.686,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 e 3	52.555,93	0,00	18.810,96	33.744,97	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES 4							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	65.995,28	27.141,47	13.599,44	79.537,31	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	45.407,64	37.693,64	0,00	0,00	0,00	7.714,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	41.571,44	11.433,86	0,00	0,00	0,00	0,00	53.005,30
ISS	0,00	1.663,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.663,75
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.844,06	22.588,55	3.557,10	0,00	0,00	0,00	37.875,51
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	86.073,50	372,24	0,00	86.445,74	0,00	0,00	0,00
Sub-total	212.484,28	108.807,51	54.850,18	165.983,05	0,00	0,00	100.258,56

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL 5	390.017,42	110.907,31	119.847,14	278.519,23	0,00	0,00	102.558,36

 ALINE DE ANDRADE GOUVEIA
 PREFEITA
 058.674.004-09

 JULIERME BARBOSA XAVIER
 CONTADOR
 CRC - 17454/PE



PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAJI
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, Julienne Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c811bae7-3e57-44c6-acf4-a1df8925b0de

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE AMARAJI

Notas Explicativas ao

Demonstrativo da Dívida Flutuante Isolado

Resolução, Nº 270/2024
Demonstração Contábil Isolada

2024



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 270/2024

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Assistência Social de Amaraji) (DDF), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Assistência Social de Amaraji (DDF), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

O Fundo Municipal de Assistência Social concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Regulação das Atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais".



Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.



Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Assistência Social é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Assistência Social.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 2.299,80 (Dois mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 2.299,80 (Dois mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 100.258,56 (Cem mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) e estão detalhados a seguir:

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
RECEITA DE SERVIÇOS DE INTERCOMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO	83.199,00	27.147,47	13.888,44	79.917,61	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO INSS	0,00	49.427,64	27.853,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777,42
RECEITA DE DIVERSAS ORIGENS	4.170,44	114.23,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS DE INTERCOMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO	19.814,08	22.188,41	3.867,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819,17
OUTROS DEBÍTOS	6.075,00	0,00	0,00	66.443,74	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	113.258,52	103.987,32	45.749,16	146.361,35	0,00	0,00	0,00	3.596,59

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$ 287.459,06 (Duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 390.017,42 (Trezentos e noventa mil, dezessete reais e quarenta e dois centavos), as inscrições totais foram de R\$ 110.907,31 (Cento e dez mil, novecentos e sete reais e trinta e um centavos), os pagamentos no valor de R\$ 119.847,14 (Cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quatorze



centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 278.519,23 (Duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e três centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 102.558,36 (Cento e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Não foram cancelados restos a pagar por prescrição no exercício.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na



Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço



Patrimonial (BP) – Equação: $(\Sigma \text{Passivo [F]} (BP) + \Sigma \text{IRPNP} - \Sigma (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (BO) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \Sigma (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábil Orçamentário			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Atividades Programadas inscritas no Sistema Orçamentário	Controlador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas arbitrárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, juros e penalidades e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivos juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
INDICADOR DE LANCAS				
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações a pagar por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	6. Provisãoção de ativos e passivos contingentes em razão de eventos e em casos específicos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos evidenciando os valores de ativos e passivos	Controlador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens imóveis e móveis, respectiva depreciação ou exaustão, reavaliação e redução ao valor temporário (casos de bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor temporário.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor temporal (quando possível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de contratos de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência	Controlador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência. 13º salário, férias e etc.	Controlador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial	Controlador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com terceiros	Contas		Implantado
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência	Contas	-	Implantado
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, patentes, licenças e copyrights, (classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável).				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes	Contas	-	Implantado
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes ao processo de inventário e o processo de avaliação patrimonial consolidado nos IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Administração		Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nos IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Diversos aspectos patrimoniais estabelecidos nos IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Depto. De Patrimônio		Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do Plano de aplicação de recursos	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa em amortização principal e encargos	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receita e despesa previdenciária	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DIVÍDUO ATIVO				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encobertoamento e inscrição	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos processos de execução dos precatórios	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciado
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Aplicação do Plano de Contas de âmbito no nível estadual para a consolidação dos dados municipais				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis consolidados	Contas		Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis consolidados	Contas		Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante DEZEMBRO(31/12/2024)



ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

TÍTULOS	BALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2016	584.477,07	0,00	0,00	584.477,07	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	17.518,86	0,00	0,00	17.518,86	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	181.082,58	0,00	0,00	181.082,58	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	53.389,74	0,00	0,00	53.389,74	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	5.213,71	0,00	0,00	5.213,71	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2021	3.284,00	0,00	0,00	3.284,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	137.237,32	0,00	0,00	137.237,32	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2023	414.005,61	0,00	410.706,91	3.298,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2024	0,00	45.516,77	0,00	0,00	0,00	0,00	45.516,77
Sub-total 1 a 2	1.396.208,89	45.516,77	410.706,91	985.501,98	0,00	0,00	45.516,77
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	1.984,70	0,00	0,00	1.984,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2022	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2023	258.256,85	0,00	154.701,76	103.555,09	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 a 3	260.329,55	0,00	154.701,76	105.627,79	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES -4							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	565.975,23	565.825,93	0,00	0,00	0,00	149,30
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	426.606,61	426.606,61	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.702.919,11	571.373,98	0,00	2.274.293,09	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	2.548,59	0,00	0,00	0,00	0,00	2.548,59
ISS	0,00	37.450,53	0,00	37.450,53	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	13.871,08	848,18	13.122,90	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	13.301,04	8.726,16	0,00	0,00	0,00	4.574,88
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	36.784,15	36.784,15	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	538.582,81	538.582,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.702.919,11	2.206.594,02	1.577.373,84	2.324.866,52	0,00	0,00	7.272,77

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2024)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI



TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL 5	3.359.457,56	2.252.110,79	2.142.782,51	3.415.996,29	0,00	0,00	52.789,54

 ALINE DE ANDRADE GOUVEIA
 PREFEITA
 058.674.004-09

 JULIERME BARBOSA XAVIER
 CONTADOR
 CRC - 17454/PE



PREFEITURA MUNICIPAL

AMARAÍ

O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, Julienne Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c811bae7-3e57-44c6-acf4-a1df8925cbbde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
AMARAÍ

Notas Explicativas ao Demonstrativo da Dívida Flutuante Isolado

Resolução, Nº 270/2024
Demonstração Contábil Isolada

2024



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 270/2024

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Saúde de Amaraji (DDF), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Saúde de Amaraji (DDF), evidencia os ingressos e desembolsos extra orçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Regulação das Atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço



público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de



Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Saúde é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Saúde.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas



Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 45.516,77 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos). A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 45.516,77 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 7.272,77 (Sete mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e sete centavos) e estão detalhados a seguir:

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
DEPÓSITOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES	0,00	548.871,23	548.823,33	0,00	0,00	0,00	467,90
CONSIGNAÇÃO AC. SUSC	0,00	208.820,61	228.820,61	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DIVERSOS - RENDIM. NETO DE AUTORES - LDB	0,00	771.172,36	0,00	2.274.293,79	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DE RESTITUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	37.440,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DE OUTROS	0,00	13.177,08	443,18	13.134,90	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DE RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CLASSES	0,00	13.151,04	8.724,18	0,00	0,00	0,00	4.374,96
RECURSOS DE RECURSOS DE FUNDOS DE MANUTENÇÃO	0,00	90.786,18	90.786,18	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	239.892,61	239.892,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.709.892,61	1.377.312,84	2.274.293,79	0,00	0,00	4.374,96

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios anterior e atual na ordem de R\$ 3.306.668,01 (Três milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e um centavo), uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 3.359.457,55 (Três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), as inscrições totais foram de R\$ 2.252.110,79 (Dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, cento e dez reais e setenta e nove centavos), os pagamentos no valor de R\$ 2.142.782,51 (Dois milhões, cento e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e



cinquenta e um centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 3.415.996,29 (Três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 52.789,54 (Cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Não foram cancelados restos a pagar por prescrição no exercício.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na



Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço



Patrimonial (BP) – Equação: $(\Sigma \text{Passivo [F]} (BP) + \Sigma \text{IRPNP} - \Sigma (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (BO) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \Sigma (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábil Orçamentário			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Atualização de Planilhas de Exercícios no Sistema Orçamentário	Controlador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas arbitrárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, juros e penalidades e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivos juros e penalidades.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
INDICADOR DE LANCAS				
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações a pagar por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	6. Provisãoção de ativos e passivos contingentes em razão de eventos e em outros específicos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos evidenciando os valores de ativos e passivos	Controlador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens imóveis e móveis, respectiva depreciação ou exaustão, reavaliação e redução ao valor temporário (caso de bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio etc. Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor temporário.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio etc. Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor temporal (quando possível de registro segundo IPSAS, NBC-TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio etc. Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de contratos de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência	Controlador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc.	Controlador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial	Controlador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos obrigações com terceiros	Contas		Implantado
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais obrigações por competência.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência	Contas	-	Implantado
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, patentes, licenças e copyrights, (classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável).				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução à valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes	Contas	-	Implantado
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes ao processo de inventário e o processo de inventário gerenciais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Administração		Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Diversos aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Depto. De Patrimônio		Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do RBR em relação ao	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa em amortização principal e encargos	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receita e despesa previdenciária	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DIVIDA ATIVA				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de ativos, reconhecimento, encobertoamento e inscrição	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos processos para reconhecimento dos precatórios	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Necessário
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Aplicação do Plano de Contas de âmbito no nível estadual para a consolidação dos contos municipais				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis orgânicos	Contas		Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis orgânicos	Contas		Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante DEZEMBRO(31/12/2024)



ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2023	579.009,64	0,00	578.456,05	553,59	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 a 2	579.009,64	0,00	578.456,05	553,59	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2023	2.141.319,70	0,00	1.524.715,05	616.604,65	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 a 3	2.141.319,70	0,00	1.524.715,05	616.604,65	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES 4							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	4.047,81	1.061.854,35	1.064.785,06	0,00	0,00	0,00	1.117,10
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	148.124,44	425.436,16	424.725,02	0,00	0,00	0,00	148.835,58
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	490.334,51	469.260,23	0,00	0,00	0,00	0,00	959.594,74
ISS	61.763,01	97.736,90	0,00	0,00	0,00	0,00	159.499,91
PENSÃO ALIMENTÍCIA	7.643,65	6.951,19	0,00	0,00	0,00	0,00	14.594,84
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	2.401,65	29.165,89	31.519,12	0,00	0,00	0,00	48,42
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	150.116,61	1.030.239,21	1.125.582,93	0,00	0,00	0,00	54.772,89
Sub-total	864.431,68	3.120.643,93	2.646.612,13	0,00	0,00	0,00	1.338.463,48
TOTAL 5	3.584.761,02	3.120.643,93	4.749.783,23	617.158,24	0,00	0,00	1.338.463,48



PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAÍ
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, Julienne Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c811bae7-3e57-44c6-acf4-a1df8925cbbde

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE AMARAÍ

Notas Explicativas ao

Demonstrativo da Dívida Flutuante Isolado

Resolução, Nº 270/2024
Demonstração Contábil Isolada

2024



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - **DDF ISOLADO**

Conforme Anexo da Resolução 270/2024

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Educação de Amaraji (DDF), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Educação de Amaraji (DDF), evidencia os ingressos e desembolsos extra orçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

O Fundo Municipal de Educação concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 103-31 "Órgão Público do Poder Executivo Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço



público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de



Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Educação é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Educação.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas



Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).
 A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar não processados ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:

O saldo final dos depósitos e consignações foi de R\$ 1.338.463,48 (Um milhão, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) e estão detalhados a seguir:

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS	4.247,91	1.261.864,37	1.064.796,68	0,00	0,00	0,00	1.147,40
CONTRIBUIÇÃO AO IDOS	148.124,44	429.438,19	424.128,02	0,00	0,00	0,00	148.899,18
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRMF	492.134,11	469.282,73	0,00	0,00	0,00	0,00	99.486,74
IRPF	61.782,71	87.128,96	0,00	0,00	0,00	0,00	104.880,11
IMPOSTO DE RENDIMENTO	1.843,58	8.881,18	0,00	0,00	0,00	0,00	13.889,95
RENTEDORES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	2.481,64	28.186,88	1.318,14	0,00	0,00	0,00	48,94
OUTROS CONTRIBUÍVEIS	952.198,91	1.238.238,21	1.123.882,63	0,00	0,00	0,00	84.172,81
Total	864.434,28	3.170.840,92	2.618.817,43	0,00	0,00	0,00	1.338.463,48

Nota 5) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios financeiros anterior e atual na ordem de R\$ 2.246.297,54 (Dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos) , uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 3.584.761,02 (Três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e dois centavos), as inscrições totais foram de R\$ 3.120.643,93 (Três milhões, cento e vinte mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos), os pagamentos no valor de R\$ 4.749.783,23 (Quatro milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 617.158,24 (Seiscentos e dezessete mil, cento e cinquenta e oito



reais e vinte e quatro centavos). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 1.338.463,48 (Um milhão, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Não foram cancelados restos a pagar por prescrição no exercício.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o



modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).

Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F]} (BP) + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC))$



$$(BO) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)} = \Sigma(\text{SES (DDF)}).$$

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábil Orçamentário			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Ativação de Processamento Financeiro no Sistema Orçamentário	Controlador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas arbitrárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, juros e penalidades e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e juros para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e juros para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivos juros para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
INDICADOR DE LANCAS				
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações a pagar por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos por regime de competência	Controlador	-	Implantado
Ação	6. Provisãoção de ativos e passivos contingentes em razão de controle e em casos específicos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição dos créditos evidenciando os valores de ativos e passivos	Controlador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens imóveis e móveis, respectiva depreciação ou exaustão (avaliação e redução ao valor recuperável, exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando possível de registro segundo IPSAS, NBC-TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Controlador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência	Controlador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc.	Controlador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação da provisão atuarial	Controlador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com terceiros	Contas		Implantado
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência	Contas	-	Implantado
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, patentes, marcas, licenças e copyrights, (classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável).				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contas e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes	Contas	-	Implantado
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes ao processo de inventário e o processo de inventário gerenciais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Administração		Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Diversos aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contas e Depto. De Patrimônio		Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do Plano de aplicação de recursos	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa em amortização principal e encargos	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receita e despesa previdenciária	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DIVÍDUO ATIVO				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encoberto e inscrição	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos processos de execução dos precatórios	Contas		Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Necessário
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Aplicação do Plano de Contas de âmbito no nível estadual para a consolidação dos dados municipais				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis - orgânicos	Contas		Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Situação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis - orgânicos	Contas		Implantado

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

Organismo Próprio - Exercício de 2024

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante DEZEMBRO(31/12/2024)



Página 1

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2023	6.669,24	0,00	6.669,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total 1 a 2	6.669,24	0,00	6.669,24	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL 3	6.669,24	0,00	6.669,24	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, Julierme Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 0811bae7-3e57-44c6-acf4-a1df8925c0de



PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAÍ
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, Julienne Barbosa Xavier
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c811bae7-3e57-44c6-acf4-a1df8925cbbde

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE AMARAÍ

Notas Explicativas ao Demonstrativo da Dívida Flutuante Isolado

Resolução, Nº 270/2024
Demonstração Contábil Isolada

2024



NOTAS EXPLICATIVAS AO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - DDF ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 270/2024

A Demonstração da Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- FUNDECA de Amaraji (DDF), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração da Dívida Flutuante do FUNDECA de Amaraji (DDF), evidencia os ingressos e desembolsos extra orçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como dá ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Serviços de Assistência Social sem Alojamento".



Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O DDF foi elaborado em modelo sintético conforme determina o anexo da Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN.

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Subsidiariamente as retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11.



Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DDF.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-FUNDECA é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2024.

As entidades abrangidas:

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-FUNDECA.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) RESTOS A PAGAR:

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

O saldo dos restos a pagar processados ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 3) ANÁLISE GERAL:

Houve diminuição da dívida fluante entre os exercícios financeiros anterior e atual na ordem de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), as inscrições totais foram de R\$ 0,00 (Zero real), os pagamentos no valor de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) e cancelamentos no valor de R\$ 0,00 (Zero real). O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Outras informações relevantes:

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores



relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício. Há uma preocupação e emissão de alertas aos gestores da educação, saúde para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% para investimentos em Saúde.

Prescrição de Restos a Pagar:

Não foram cancelados restos a pagar por prescrição no exercício.

Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).

O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).



Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum \text{IRPNP} + \sum \text{IRPP}) (\text{BO})) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA).

Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).

O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.

g) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF),



exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015.

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE II DO MCASP				
<i>Adeção do Procedimento Contábil Orçamentário</i>				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Atuação de Procedimentos Inscrição em Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação 1. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas e repartição de receitas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
Ação 2. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
Ação 3. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais créditos a receber, exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
Ação 4. Reconhecimento, mensuração e evidênciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivos ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUTÁRIO DE CONTAS				
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
Ação 5. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos por registro de competência	Contador	-	Implantado
Ação 6. Evidênciação de ativos e passivos constantes em contas de controle com notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Contábil	Constituição de créditos e evidênciação de créditos de ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação 7. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens sujeitos a depreciação, respectiva depreciação ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Contador e Departamento de Patrimônio	-	Implantado
Ação 8. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registo Patrimônio Ativo Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens	Contador e Departamento de Patrimônio	-	Implantado
Ação 9. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável (quando possível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência do ativo	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 10. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação 11. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de benefícios empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência, 13º salário, férias, etc.	Contador	-	Implantado
Ação 12. Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação 13. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores por competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e copyrights, classificados como intangíveis e sujeitos à amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 16. Outros ativos intangíveis e sujeitos à amortização e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Administração	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDIB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição do Registro pelo qual trata	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição da conta e registro em amortização principal e acrescidos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Constituição de contas e registro em provisões	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVITA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

